

# Património - políticas e práticas culturais: para uma abordagem comunicacional\*

Eduardo Esperança  
Universidade de Évora

## Capítulo I – Questões metodológicas e conceptuais

1. Introdução;
  - (a) Localização da pesquisa – Instrumentalidade e redução;
  - (b) Unidade e multiplicidade das vias de progressão;
2. O interesse da ciência e a transdisciplinaridade dos campos;
3. Transversalidade e processos de navegação;
  - (a) Ecletismo e perspectivas;
4. A abordagem comunicacional;
  - (a) Que "Comunicação"?
  - (b) Esboço de um modelo comunicacional;
  - (c) Relação e revelação: o contraste e a especificidade do objecto;
5. Uma noção multidimensional de "experiência";

6. Uma noção de Campo Social – para uma observação operacional;

7. Conclusão

Este capítulo inicial destina-se essencialmente a fornecer algumas coordenadas para a leitura e apreciação de todo o trabalho que se segue, um enquadramento epistemológico mais geral.

Essas coordenadas começam por *delimitar as práticas e os campos de saber envolvidos*, adentro da capacidade possível num estudo transversal como este se apresenta, aplicado ao tema específico que o exige. Começam por se observar as formas de instrumentalização e redução que as metodologias das ciências sociais plasmaram de um positivismo reinante e fonte de todas as legitimações discursivas que partilham o seu modelo. São igualmente observadas algumas características inerentes à complexidade do campo em análise e o modo como se podem encontrar formas de abordagem, heurísticamente mais rentáveis, no cruzamento de campos de saber tradicionalmente sectorializados.

Em seguida, observam-se algumas alternativas possíveis em termos do encarrilamento metodológico deste trabalho, a partir das condições prévias conhecidas e assumi-

---

\*Resumo da tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

das como, por exemplo, o estatuto de complexidade da experiência que se aborda, assim como as formas de localização e rastreamento das fronteiras e relações cruzadas entre o campo em análise, as suas periferias e pontos de relação mais distantes; isto num modo de espacialização – até uma proxémica – que auxilie o recorte das posições dos elementos, da estrutura relacional que atravessa o campo, e que auxilie igualmente a observação das formas de operacionalidade específicas, práticas próprias do campo, e as formas homólogas aos outros campos em geral.

Encontrada e trabalhada a melhor forma de abordagem ao objecto de investigação, é necessário observar, ainda que localmente, o campo de onde parte a abordagem, algumas formas de constituição dos elementos que assumem o papel de sujeitos activos nesta investigação. Isto começa pela análise do interesse da ciência e o modo como ela própria, na sua positividade e interesse operativo/produtivo, recorta o seu campo em disciplinas que depois encontram alguma dificuldade em se articular na abordagem às experiências que eleger como objecto de investigação. Esta, uma transdisciplinaridade que deve, pelo menos, ser estatuída e assumida para permitir encontrar, nessa transversalidade disciplinar, os melhores processos de navegação, indispensáveis à abordagem de qualquer experiência que se constitua como objecto de estudo. O ecletismo, por vezes aparente, por vezes real que daqui resulta, é igualmente necessário a esta perspectiva que parte do princípio que a análise da experiência, mesmo localizada, não admite uma sectorialização do seu escopo, dada a forma global como qualquer experiência ocorre e, por analogia, é suposto ser acompanhada pela abordagem científica que

a reconstitui. Alguns problemas se destacam nestas considerações, e estes ocorrem particularmente nos processos de procura, levantamento e observação dos objectos de pesquisa; na utilização de "instrumentos de navegação" epistemológica e constrangimentos emergentes; na observação das múltiplas perspectivas envolvidas e da qualidade deste "ecletismo".

O modelo comunicacional que a seguir se mostra, serve apenas de guia aos modos de abordagem à relação e formas de relacionamento dos elementos constituintes da experiência em análise. É igualmente a melhor via que encontramos de, teoricamente, fazer destacar a importância da estrutura de relações comunicacionais e das suas formas específicas de matização numa economia do intercâmbio simbólico. Este modelo destaca precisamente o eixo da *relação* e da *revelação*. Como mais à frente veremos, ao entender o *património* como campo de práticas que se constituem numa experiência relativamente autónoma, de uma outra forma se destaca novamente esse polo da *relação*.

São a seguir definidos, no âmbito desta abordagem e seu enquadramento teórico, dois conceitos centrais: “experiência” – no seu sentido pluridimensional, e “campo social”, no modo como se estabilizam lógicas de legitimação e coerência de procedimentos nos diversos espaços de acção social.

Este capítulo introdutório e de exposição metodológica e conceptual apresentou, por vezes, alguma fragmentação, mesmo na abordagem aos pontos principais que queríamos ver tratados na passagem pelos diversos territórios epistemológicos que atravessamos. Essa fragmentação é o preço que temos de pagar pela extensão dos territórios que abordamos, pela pluridimensionalidade

que assume o nosso objecto de estudo – o património. De qualquer modo, acreditamos que ficou clara a orientação epistemológica desta pesquisa transectorial, o modo como é possível encontrar o suporte-fundamento de articulação deste estudo.

Passamos, de seguida, ao próximo capítulo, onde iniciamos a abordagem às diversas formas de representação do património, em particular as mais definitórias; um trabalho que permite, depois, iniciar o questionamento do que se representa e define – a problematização do património.

## Capítulo II – Rastreo e problematização do património, experiência patrimonial e imaginário simbólico;

1. Introdução - objectivos deste capítulo;
2. Possibilidades de construção de uma cartografia das enunciações envolvendo o *património* e suas "formas de expressão";
  - (a) Génese etimológica e percursos da expressão *património*;
  - (b) A noção de *propriedade*; vizi-nhanças;
3. As definições de "*património*", começando pelas mais estabilizadas;
  - (a) A urgência de problematizar a questão patrimonial – modos de questionamento;
  - (b) A produção do juízo como primeiro elemento questionável;
4. Sobre o inventário, as modalidades e campos de inventariação;
  - (a) Casos concretos de experiências diferentes: os patrimónios da Igreja Espanhola e Portuguesa;
5. Experiência patrimonial – imaginário e objectos simbólicos;
  - (a) O Imaginário Simbólico;
  - (b) A Dinâmica Simbólica na estática geral – funções de estabilização;
6. Conclusão;

Após a caracterização da generalidade dos problemas metodológicos de produção e de leitura que este trabalho encontra<sup>1</sup> passamos, neste capítulo, a uma fase mais específica que tenta abrir, por duas vias essenciais, o caminho para a análise e abordagens possíveis à experiência patrimonial. Assim:

a) Uma primeira via tenta detectar os *modos possíveis de problematização* do património, o mesmo é dizer, os *modos de questionamento* e definição do que aqui se busca – a experiência patrimonial. Tenta, essencialmente, despistar os diversos modos de emergência e enunciação, do mais discursivo ao mais pragmático, evidenciados nas diversas dimensões em que a experiência patrimonial se manifesta e constitui na sua totalidade. Esta detecção dos diversos modos de emergência da experiência acontece imediatamente antes, quando não em simultâneo, com a sua problematização, de um modo que tenta cruzar e ultrapassar a forma positivista que estatui e delimita apenas o imediatamente visível, sem o questionar.

<sup>1</sup>Que são, aliás comuns a todas as abordagens não positivistas.

São inicialmente observados os segmentos essenciais que percorrem a linha etimológica e, depois, as diversas formas de constituição do sentido da expressão *património*. Este ponto começa com uma cartografia das enunciações envolvendo a expressão *património*, passando-se de seguida à etimologia e desdobramento de usos e significados, assim como da observação de algumas raízes conceptuais que investem sentido na expressão, como é o caso de *propriedade* e *interesse público*. A questão fundamental do modo como a *noção de património representa* algo, é feita representar algo para quem a enuncia; *o modo como*, através de sujeitos diferentes, *em cada actualização da expressão se cruzam formas de representação que a expressão Património aglutina*<sup>2</sup> em particular na sua função social, ao mesmo tempo colectiva e individual. Uma função que tenta investir coesão em grupos heterogéneos à volta de uma adesão comum, ajudando cada membro da sociedade a definir-se individualmente face a uma herança colectiva. Fun-

<sup>2</sup>"Causalidade linear. Sujeito e objecto permanecem separados e bem reais. A realidade é objectiva e universal, exterior ao sujeito que a representa. A *representação* e as suas características constituem o próprio fundamento da acção e da percepção.(...) A *representação* é a única forma de garantir a realidade do sujeito e a realidade da natureza. A representação assegura a sua coincidência.(...) *Representação* é um meio útil de ligar os elementos estocásticos, atomizados para obter a ligação poderosa que exige a vida em sociedade: hierarquias, ligações verticais e horizontais, representação de representação por meio de signos e sinais.*Expressão* é ligação interna e participação total. Se algumas etapas e hierarquias são exigidas para alimentar entre si certos elementos que, por definição, são já totalidades, é para convocar alguns níveis específicos de ligação em domínios particulares." *Crítica da Comunicação*, Lucien Sfez, ed. Inst. Piaget, p.63,64.

ção particularmente importante numa época de esvanecimento geral de identidade.

Continuando esta exploração das diversas formas de enunciação, e passando às mais estabilizadas, são a seguir destacadas e analisadas, as que, pela sua força normativa e definitiva, tanto na dimensão da experiência como na dimensão teórica, nos parecem merecer mais atenção: são as definições e normas produzidas pelas principais convenções internacionais; a lei portuguesa do património; as recomendações do IPPAR; algumas observações e definições teóricas de quem se debruçou sobre o assunto desde meados do século passado. Em síntese, podem então observar-se algumas conclusões: – existe uma dominância do *cronos* e formas de experiência Moderna nas representações observadas, pressupondo tanto uma experiência fragmentada em esferas e campos autónomos, como uma concepção linear do tempo por contraposição à possibilidade de observar uma concepção indivisa e pluridimensional da experiência; observa-se uma evolução definitiva que descentra o eixo histórico e pericial, e coloca ao centro o público/comunitário; aumenta sem cessar a extensividade e abrangência definitiva e, finalmente, *nenhuma das exposições se questiona minimamente acerca do perfil de racionalidade do que está a tentar definir*. São estas definições e a sua articulação (ou não) que nos podem oferecer um *corpus* estrutural da experiência a ser problematizada. É o que a seguir se propõe com os *modos de questionamento e entendimento da experiência patrimonial como problemática*. São assim observados os juízos centrais articulados em volta dos valores mais envolvidos na

sua constituição, isto é, na *gênese do campo*<sup>3</sup> em que se constitui a experiência; são observadas as modalidades e campos de inventariação como actos iniciais dessa constituição e analisados alguns casos concretos – os patrimónios da Igreja Espanhola e Portuguesa. Conclui-se provisoriamente que a globalidade da experiência se apresenta, em si, inesgotável; que as definições que tentam balizar o campo dificilmente o conseguem e, nalguns casos, chocam fronteiras e se contradizem.

b) Por uma segunda via faz-se um trabalho de *deteção e caracterização do modo como o simbólico se funcionaliza socialmente*, e até que ponto se constitui como imaginário totalizante. São observadas algumas manifestações exemplares pelo modo como operacionalizam a sua acção sob o vector do mais alto rendimento simbólico. No espaço de um imaginário simbólico cada vez mais reificado é dada especial atenção ao tecido institucional, em particular no seu modo de segmentar e aparelhar campos simbólicos em determinados contextos.

Após esta exploração das formas centrais de constituição do campo e operacionalização da experiência patrimonial que nos permite reconhecer alguns padrões performativos nos mais diversos contextos, estamos mais aptos ao recorte e análise desses padrões, nos capítulos seguintes.

Após este percurso, já explicitado na introdução a este capítulo, pudémos, essencialmente, colocar algumas questões às diversas formas pelas quais o património se faz representar, e observar mais demoradamente o modo simbólico que envolve a ge-

<sup>3</sup>Sobre a noção de Campo, mais precisa neste contexto, ver à frente o ponto 4. deste capítulo.

neralidade das suas representações; a centralidade das dinâmicas simbólicas que habitam o imaginário-tipo em que o património se constitui.

Passamos agora ao próximo capítulo em que iremos observar a generalidade das circunstâncias em que estas dinâmicas emergem e evoluem na Modernidade – aquilo que chamámos, "as condições de emergência da experiência patrimonial".

### **Capítulo III – Modernidade e condições de emergência da Experiência Patrimonial**

1. Introdução.
2. Onde estamos; as temporalidades da relação;
  - (a) A extensão dos presentes e o que daqui se vê;
3. Experiência e Modernidade – da experiência indivisa à sua fragmentação;
  - (a) Fixar o devir; as estratégias da estabilização;
  - (b) A racionalização da experiência: Max Weber e o desencantamento do mundo;
4. A estetização da Experiência;
  - (a) A dimensão afectiva;
  - (b) A insondável imagem emotiva;
  - (c) Do espaço envolvente e vivido; caracterizações da experiência específica;

5. Formas específicas de racionalização e estabilização – as funções técnica e jurídica;
  - 5.1 A Formação da Experiência Patrimonial como uma forma de Estabilização;
6. A fundamentação positiva do campo do Património pelo Direito;
  - 6.1 O que se passou em Portugal
  - 6.2 O Direito positivo aplicado ao património;
    - 6.2.1 Práticas de classificação;
7. Modos de agenciamento e emergência das instituições administradoras do património;
  - (a) A Museologização e a exorbitação arquivista – Museus, museologia e museologização social
  - (b) O Lugar do Arquivo;
  - (c) A institucionalização da experiência patrimonial; a rede positiva;
  - (d) Um caso paradigmático – o arquivo de filmes e os museus de cinema;
8. A Constituição de um imaginário positivo;
  - (a) A produção de um agente ideal - "a defesa do património" e a sua ideologia;
9. Património e ecologia; novos signos e totalidades; narrativas e manifestações totais/absolutas, *arche* e *telos* ao mesmo tempo.

## 10. Conclusão

No capítulo anterior ensaiámos a problematização possível da experiência patrimonial e concluímos na observação da fragilidade de constituição do campo assente em normas e definições de *património*. Observámos igualmente algumas características que ajudam a caracterizar a experiência patrimonial pelas suas formas de produção de rendimento simbólico, por exemplo através de imaginários mais reificados, assim como nas suas homologias com o sagrado.

Neste capítulo tentamos analisar o percurso e o perfil das formas de experiência que, desde o século passado, caracterizaram o campo do património, as mutações sofridas, assim como os elementos base de suporte para as ideias essenciais que dinamizam a acção que hoje se reivindica "do património". Observa-se, neste campo, o *objecto* como central e grande mediador na lógica da patrimonialização, entendendo-se aqui por *objecto*, aquilo que se materializa como foco de atenção do sujeito, numa experiência que assim se constitui, tanto do lado da emissão como da recepção. Interessa observar é como chegamos a esta objectualização tão materializante/objectulizante na actualidade, e que se caracteriza por essa necessidade de encontrar um *objecto* material e concreto a mediar todas as transacções e formas de relação, inclusivamente aquelas que tradicionalmente passavam ainda pelo imaterial. O que acontece é que os próprios *objectos* investidos do cruzamento de sentidos dominantes no social do seu tempo, acabam por se tornar igualmente grandes mediadores e "cofres" para a generalidade de categorias e conceitos institucionais vigentes: "direito", "propriedade", "herança", "pa-

trimónio", "história", etc. Interessa-nos investigar o processo de constituição da "solidez" reificante de alguns destes conceitos, se possível para lá dos quadros tradicionais das taxinomias adoptadas pela História. Mais que isto, entendido que o *património* e o campo que o compreende só podem ser investigados enquanto forma de uma experiência dos sujeitos na história, cabe-nos agora procurar as suas condições históricas de emergência. Se não a sua totalidade, pelo menos as condições determinantes da configuração experiencial que hoje ele assume.

Começamos, assim, por descrever minimamente a situação e o que caracteriza a actualidade neste âmbito do património para podermos, depois, descortinar os percursos que nesta experiência vêm desembocar. O primeiro levantamento debruça-se sobre o universo integrado e indiviso (pela tutela de Deus e a mão da Igreja) que se vem depois a fragmentar e, em particular, o modo como ocorrem as formas de fragmentação da experiência na Modernidade; os protagonistas principais dessa fragmentação e a herança que até hoje nos chega da racionalidade investida como forma de equilíbrio do universo despolarizado, agora na falta do anterior eixo central (Deus) e ordenador da experiência. Max Weber é quem melhor nos mostra a emergência dessa racionalidade e os processos de desencantamento do mundo numa experiência que atira para as margens, quando não para o proibido, toda a acção que se faça nortear por outra que não a racionalidade oficialmente estabilizada pelo tecido institucional.

Pelo modo *compensatório* como se observa, nos campos mais marginais à razão, a *estetização da experiência* aparece como uma estabilização da atmosfera dessa rigi-

dez racional, tentando manter a exterioridade do seu vortex estético relativamente à razão. Esta era uma demarcação territorial para a hipótese de *construção de um espaço para o re-encantamento* Moderno, numa re-acção aos processos de desencantamento e reificação dominantes. São, por isso, observadas algumas formas desta estabilização e, em particular, o modo como o agenciamento da ideia de *património* em formas de experiência patrimonial se constitui como um grande eixo de estabilização entre outros (as dimensões de compensação – estética e afectiva; sua localização e balizamento institucional).

É então feito um rastreio da generalidade das práticas institucionalizadas de promoção da experiência patrimonial, como é o caso dos museus, arquivos, reservas e outras formas institucionalizadas de produção da experiência, na busca e confirmação dos padrões estruturantes de organização da experiência patrimonial. Entre estes, destacam-se os suportes técnico e jurídico, como instrumentos privilegiados de estruturação e estabilização. Observa-se então como se constitui uma fundamentação positiva do campo do património através do Direito, passando-se em seguida a uma resenha histórica do que se passou, nesta perspectiva, em Portugal. O modo constitutivo e técnico como o Direito é aplicado ao património, os momentos em que é evocado e os procedimentos que implica, são a seguir observados, em particular pelas suas práticas de classificação. Expõe-se aqui um universo razoavelmente estabilizado por uma racionalidade "programante" e "reificante", mas totalmente limpa de qualquer forma de manifestação não positiva ou integrada, originando, quando não a marginalização, pelo menos a colocação localizada dos campos mais propícios ao desen-

volvimento de dinâmicas de encantamento e rentabilização simbólica – o caso do *património*.

Sobre o agenciamento e emergência das instituições administradoras do património, são feitas algumas considerações acerca do carácter espectacularizante em que se banha toda a esfera da cultura, e o modo como o campo político alimenta e se alimenta dessa forma de visibilidade e exposição; a relação de concomitância que aí se cruza e suporta também o nascimento dos museus, arquivos e formas gerais de institucionalização patrimonial. É este o percurso que se segue, na observação do processo de institucionalização da experiência patrimonial através da constituição de uma rede positiva. Dá-se, depois, uma atenção especial ao caso do cinema e ao arquivo de filmes e imagens em movimento.

Estabilizada a institucionalização, é um imaginário positivo que emerge da produção de todas estas instâncias, imaginário no qual se destaca "a defesa do património" e a sua ideologia como representantes de um *agente ideal* de referência para todo o campo do património e rede institucional.

Num último ponto derivado, é feita uma análise das diferenças e homologias entre *património* e *ecologia*, suas narrativas e manifestações totais/absolutas, seu *arche* e *telos* ao mesmo tempo; uma análise que nos permite clarificar estratégias de acção de campo e situar a sua articulação no social.

Neste capítulo percorremos, com alguma extensão, não só as condições de emergência da experiência patrimonial como os modos da sua estabilização, institucionalização, e positividade a vários níveis – das formas de racionalização à constituição de um ima-

ginário positivo, suporte de uma ideologia patrimonial.

Até aqui, o nosso trabalho tem-se pautado essencialmente pela *exposição e análise do constituído*, assim como dos seus fundamentos expressos e latentes. Com esta base melhor recortada e conhecida passamos, no capítulo que se segue, ao que se poderia denominar uma segunda parte mais analítica mas, essencialmente operativa. Numa perspectiva pragmática vamos então tentar destacar os modos de articulação de esferas e campos de acção com que o campo do património se cruza; a forma como veste de tons diferentes a experiência patrimonial que legitima, conforme as diferentes esferas de acção que intersecta. O trabalho que se segue só é possível articulado sobre o suporte conceptual da *mediação* – forma de entendimento privilegiada da acção e dinâmicas dos campos que, logo de início, começamos por definir.

## Capítulo IV – As formas de mediação entre esferas de acção social

1. 1. Introdução
2. Noção da *presença do medium* e necessidade de observação da sua performance;
  - (a) A Razão Mediática; processos e formas de mediação geral;
  - (b) A Razão Mediática – o *medium linguagem*;
    - i. Os media de difusão;
  - (c) Operacionalidades diferentes, processos diferentes, diferentes formas de mediação;

3. O modelo mediático da acção patrimonial;
  - (a) A lógica de operação do modelo patrimonial;
  - (b) Origem das tensões entre a lógica do modelo patrimonial e o contexto das outras lógicas;
4. Tensão entre esferas – a dominância da esfera económica e a eficiência da mediática;
5. Conclusão;

No capítulo anterior foram explicitadas diversas formas de estabilização da experiência patrimonial, e observadas algumas particularidades da sua forma de ocorrência fora da racionalidade oficialmente instituída. Observámos como se constitui toda a organização "encantatória" do imaginário simbólico e outras formas de compensação da aridez e automatização relacional, características da racionalidade Moderna.

Neste capítulo tentamos destacar os modos de articulação de esferas e campos de acção com que o campo do património se cruza; a forma como veste de tons diferentes a experiência patrimonial que legitima, conforme as diferentes esferas de acção que intersecta. O trabalho que se segue só é possível articulado sobre o suporte conceptual da *mediação* – forma de entendimento privilegiada da acção e dinâmicas dos campos.

De início começamos por fazer notar a presença do *medium* e a necessidade de observação da sua performance, desde o ponto de vista da filosofia, aos modos mais concretos e contemporâneos de entender a sua articulação. No ponto a seguir observamos,

em síntese, os processos e formas de mediação em geral que se podem constituir naquilo a que denominamos uma *razão mediática*. Nesta, especifica-se melhor a noção de *mediação* com que estamos a lidar e as características dos "aparelhos" e dispositivos envolvidos neste processo e forma de perspectivar a acção. A "linguagem" é o geral e original *medium* por excelência, e a ela consagramos um ponto em que observamos a sua forma de mediação para a utilizarmos como referência nos outros géneros de *media* a abordar. Conclui-se deste ponto, entre outras coisas, da existência de um determinismo de origem no emprego de qualquer linguagem, determinismo inerente ao modo como o *medium* enforma o sentido e determina as suas direcções num campo finito de movimentos. Essa determinação inerente à forma é partilhada pelos *media* de difusão, os campos que os configuram e determinam. É necessário então produzir um modelo mais esquemático da articulação geral de esferas e campos de acção, no modo como agenciam os diversos dispositivos e operadores colocados no terreno; como evoluem segundo lógicas de acção específicas; como se cruzam e que efeitos produz o cruzamento destas lógicas o mais das vezes díspares. Observada esta esquematização que nos oferece, ainda que heurísticamente, alguma visibilidade sobre um universo complexo e aparentemente indeterminado, podemos passar a um modelo mais específico das formas de mediação inerentes ao campo patrimonial e sua lógica de acção; o modo como é obrigado a negociar o cruzamento da sua lógica com a de outros campos para atingir o seu objectivo que é a produção de reserva patrimonial. Isto só é hoje conseguido:

1. Tentando captar a atenção dos *media* para o foco dos seus interesses;
2. Persuadindo o "espaço público" *vulgo* "opinião pública" da nobreza dos seus intentos;
3. Uma vez adquirida essa "força pública" com o auxílio dos *media*, iniciando os procedimentos politico-burocráticos para o sancionamento e produção jurídica por parte do campo político.

Este, um processo hoje mais complexo que, ainda não há muitos anos, se centrava no terceiro ponto, sendo os dois primeiros percorridos muito mais inspidamente.

Dados os cruzamentos que a lógica patrimonial tem de encetar para atingir o seu objectivo, observam-se tensões em todos esses pontos em que o modelo patrimonial, mais ortodoxo, é obrigado a fazer cedências, ou então a perder definitivamente em benefício de lógicas hoje dominantes como as da esfera económica e da mediática. Observa-se por isso, analiticamente, a tensão que o campo patrimonial produz no cruzamento com a esfera económica e com a mediática, devido ao seu modelo "reservista" (para a produção de reserva patrimonial) de acção. Um modelo conflitual com o económico, que tudo absorve e dissolve, como com o mediático que, do seu ponto de vista, tudo expõe e, por isso, não só desgasta (em termos de imagem), como o sujeita aos perigos do desejo privado.

De forma mais esquemática ou, por vezes, mais descritiva, foram expostas e analisadas diversas formas de mediação e lógicas de acção inerentes às várias esferas e campos por onde o património evolui. Ficámos com uma

perspectiva mais clara e localizada das regras do jogo em que se envolvem estes agentes e as expectativas que da sua configuração geral se podem induzir.

Conhecendo assim melhor a sua *forma de acção* passamos, no próximo capítulo, a observar mais circunstanciadamente a *lógica da racionalidade patrimonial* aqui exposta e os modos como faz emergir "valor" dentro do campo, por contraposição a outras formas de valoração substancialmente diferentes e de origem diversa, – produzidas noutros campos.

## Capítulo V – Formas de valoração e conversão de bens patrimoniais;

1. Introdução
2. A metáfora da cultura, suporte para a reificação dos produtos culturais em bens patrimoniais – observação do suporte analógico da cultura;
  - (a) A tragédia da Cultura e a autonomia do produzido. A visão pessimista da Cultura;
3. O mercado do consumo cultural – uma forma de mediação dominante;
  - (a) Mercadologias – A racionalização mediática do consumo;
  - (b) Modos de Distribuição e Acesso – Condicionamentos;
  - (c) A Morfologia espectacular da mediação pelo consumo – a evolução/deslize para o novo modelo da visibilidade;

4. Precisão da noção de “valor” e esboço de uma tipologia dos processos de emergência do “valor”; – uma noção de “valor” mais abrangente;
  - (a) A “coleção” como operador de valoração;
  - (b) O auxílio das estratégias reificantes;
5. O dinheiro como medium axiológico;
  - (a) O dinheiro como mediação pelo consenso à priori acerca das pautas de transacção;
6. Para uma tipologia axial das formas de valoração;
  - (a) A emergência de formas de conversão de bens-de-valor. A operacionalidade da conversão entre campos;
7. A produção do “valor” na reconstrução racional do discurso patrimonial;
  - (a) A génese do valor a partir das relações do campo patrimonial, com o auxílio da reificação das representações;
  - (b) As formas de conversão patrimoniais e o rendimento simbólico;
  - (c) A Produção de *aura* e fascínio simbólico;
8. Constelação dos valores polarizados;
  - (a) A fragilidade do bem como fundamentação do valor e da protecção da memória: o eixo da preservação/não-preservação;
  - (b) O eixo do valor-de-antiguidade;
  - (c) O eixo do valor-de-culto – a mimese da reverência;
  - (d) O eixo do valor-de-presença; o estar-ali;
    - i. A presença da imagem; o caso exemplar da fotografia, no trabalho de Bazin;

## 9. Conclusão

Tinham sido explicitadas diversas formas de estabilização da experiência patrimonial no terceiro capítulo, e observadas algumas particularidades da sua forma de ocorrência fora da racionalidade oficialmente instituída. Observámos depois como se constitui toda a organização "encantatória" do imaginário simbólico e outras formas de compensação da aridez e automatização relacional, características da racionalidade Moderna. No capítulo anterior, com *a mediação como instrumento conceptual*, observámos as formas de articulação das diferentes esferas de acção com que o campo do património se cruza, e os modos de ocorrência desses cruzamentos; as estratégias de legitimação e valoração dos campos que o rodeiam. Precisamos agora de descer aos modos de articulação dessas formas aparentemente marginais de acção "compensadora" e "encantatória" características deste campo. Tentaremos, para isso, fazer emergir um *modelo de génese do valor* e de *uma economia das formas de valorização das experiências*. Um

modelo que se caracterize pela sua *transversalidade morfológica* de modo a permitir recortar os pontos pivot de articulação entre as homologias que se observam na comparação com outros campos e formas de valoração – particularmente no eixo tensional existente entre o económico e o patrimonial.

Finalizámos o capítulo anterior observando precisamente essa tensão que o campo patrimonial produz no cruzamento com a esfera económica e com a mediática, devido ao seu modelo "reservista"(para a produção de reserva patrimonial) de acção. Um modelo conflitual com o económico, que tudo absorve e dissolve, como com o mediático que, do seu ponto de vista, tudo expõe e, por isso, não só desgasta (em termos de imagem), como sujeita aos perigos do desejo. O modelo patrimonial inerente ao campo que o baliza, evolui num contexto de imersão, que aqui podemos denominar *uma morfologia envolvente do cultural-mediático*. É, por isso, importante observar *a metáfora da cultura* como suporte para a reificação dos produtos culturais em bens patrimoniais. Uma observação do suporte analógico da cultura que permita melhor definir o contexto, mesmo que diversificado e complexo, que atravessa o campo do património, constitui boa parte das suas periferias, e afinal determina as suas evoluções e resistências. Um contexto muito mais vasto, com um *percurso* que é importante rastrear, onde é possível observar a materialização e autonomização de ideias, imagens, conceitos e até, objectos, que acabam por fugir às rédeas dos campos de origem, ensaiando evoluções indeterminadas ou apenas guiadas por forças dos campos dominantes na altura da sua actualização.

Importa, por isso, atender às formas de materialização da cultura em que navega o campo patrimonial para percebermos, dentro de uma lógica híbrida e ainda dominada pelo económico e o mediático, como o *mercado* e o *consumo* se destacam enquanto operadores centrais dessa materialização. Operadores a que o próprio campo patrimonial tem de ceder alguns princípios de forma a manter a sua capacidade de reprodução; ser consumido é aqui sinónimo de ser mostrado e ser visto. O mercado é um efeito desse consumo, estabilizado pelas estruturas económicas de produção e permuta. É ao cruzar-se com estas esferas, ainda que em processo tensional, que o campo patrimonial recolhe a sua quota do "valor" que se produz e reproduz no espaço público. Este cruzamento acontece então como uma necessidade de aquisição do "valor" produzido na "bolsa" do espaço público. Torna-se assim importante, no nosso trabalho, especificarmos as características e morfologia desse "valor" que nos serve aqui de instrumento para o esboço de uma tipologia axiológica geral e, depois, uma mais específica em que se integre o campo do património. Esta é uma análise que nos leva ao destaque das formas reificantes que emergem para a "lubrificação" da máquina de exposição e consumo sobre a qual emerge o "valor" mais ou menos estabilizado, mais ou menos indexado aos campos de origem. São os efeitos produzidos pela acção de reificação que a racionalidade Moderna proporcionou, assim como a facilitação que um campo de representações reificadas proporciona à constituição do valor a partir da interacção e relação entre representações estabilizadas. É preciso atentar ainda no papel da troca enquanto acção de intercâmbio na génese de um valor supra-campo, indexado a um ou-

tro estalão e uma outra racionalidade axiológica com base no valor de troca produzido no cenário do consenso possível e circunstancial do momento e da situação contextual. Pelo papel preponderante e transversal a todos os campos, a moeda/dinheiro enquanto medium axiologizante estudado por Georg Simmel, fornece-nos uma analogia esclarecedora dos modos de formação do valor no campo económico. O dinheiro é um desses "lubrificantes" por excelência, e merece alguma atenção, em particular na referência que é "A Filosofia do Dinheiro" de Simmel, e o modo como nos explicita esses processos de reificação do valor através desta forma de mediação.

No seguimento da tipologia que havia ficado delineada no início do capítulo, ensaiamos então a produção de um *modelo das formas de conversão de bens-de-valor* entre esferas de acção. Um modelo geral que a seguir tentamos observar na especificidade da acção e conversão patrimonial. Para isto, começamos por olhar com mais atenção a especificidade da produção do valor adentro da reconstrução racional do discurso patrimonial e formas de racionalização da sua experiência. Aqui tentamos descortinar, colocando sob forma de hipótese, os modos de operacionalização de actos de conversão de representações e valores produzidos no seio da experiência patrimonial. Estes actos, como os objectos que os atraem e polarizam, são investidos de convertibilidade pelas condições de produção e colocação da experiência específica do património face às outras experiências e campos de produção de valor convertível. Isto observa-se na transversalidade em que emerge o "valor" incorporado em diversas categorias agregadas e afectas aos vários campos. Estes valores são

aferidos pelo consenso indexado a um mercado contingente e estabilizado por representações de valor produzidas com base na velocidade da troca e na margem de "lucro líquido" de cada acto; no que cada campo, e em particular o patrimonial, consegue converter para fora do seu território de exclusividade, como investimento, na esperança de um retorno maior.

Igualmente no seguimento da tipologia delineada desde o início, procedemos depois à discriminação e análise da constelação de *valores polarizados* na experiência patrimonial. Valores localizados em eixos de articulação mediados por uma forma específica de atenção e emergência. Começamos pela *fragilidade* do bem como fundamentação do valor e da protecção da memória: o eixo da preservação/não-preservação na forma central como hoje justifica qualquer intervenção – tudo o que é frágil deve ser preservado por estar condenado a não durar. Passamos pelo *valor-de-antiguidade* na forma como Riegl o delineou e veio evoluindo até hoje nas práticas concretas. Depois, o *valor-de-culto* que, através da mimese da reverência e da veneração, se reproduz no campo social das diversas esferas. E, finalmente, o *valor-de-presença*, levando-nos às considerações ontológicas que nos podem dar a perceber os mais contemporâneos modos de imediatez axiológica, como o são os da imagem, em exemplo abordado a partir do trabalho de André Bazin.

Ensaiámos, neste capítulo, uma tipologia geral e outra específica para as axiologias que nos permitem clarificar as formas de emergência do "valor" e conversão de bens em geral, e de bens patrimoniais, em particular. Isto permitiu-nos gizar um *modelo de acção e conversão do campo patrimonial*, a

partir das formas de mediação e valoração das diversas esferas, e o modo como o campo patrimonial entre elas evolui.

No capítulo que se segue passamos, em sequência, a observar a crise de fundamentos de que a emergência do campo é, afinal, já um indício, no modo como se atém ao modelo aqui delineado e aos seus princípios mais ortodoxos, devido essencialmente:

- a) à generalidade das contradições em que o modelo incorre, já expostas nos capítulos anteriores e que, perante os novos contextos, tendem a acentuar-se;
- b) à predominância da lógica mediática que envolve já toda a esfera da Cultura;
- c) aos novos desenvolvimentos tecnológicos que se perfilam e põem em causa boa parte desses princípios, dissolvendo a sua fundamentação.

## Capítulo VI – Novas Tecnologias e Modelo Alternativo

1. 1. Introdução
2. Tratar a matéria e o corpo do monumento– Conservação, restauro e reconstrução.
3. A Emergência de novos dispositivos e alteração das formas de manifestação;
  - (a) Observação de Casos Nacionais
  - (b) As novas tecnologias e o novo contexto tecnológico;
4. O vector do desenvolvimento tecnológico e as incompatibilidades com a ratio moderna ; a luta entre *arche* e *telos* – os paradoxos emergentes;

- (a) A monumentalidade esfumada;
5. Atenção ao novo modelo de sujeito;
6. Culturas e esbatimentos;
7. Preâmbulo de um tempo de crise;
8. Hipótese de construção de um modelo alternativo;
9. Conclusão

No capítulo anterior foram esboçadas uma tipologia geral e outra específica para as axiologias que nos permitem clarificar as formas de emergência do “valor” e conversão de bens em geral, e de bens patrimoniais em particular. Isto permitiu-nos gizar um *modelo de acção e conversão do campo patrimonial* a partir das formas de mediação e valoração das diversas esferas, e o modo como o campo patrimonial entre elas evolui.

Por isso, começamos por destacar a necessidade de repensar as formas de investimento de “valor” no campo patrimonial como, por exemplo, a noção de *monumentalidade* e de *ruína* que nos chegam do séc. XIX. Estas noções têm em si, implicadas, um *carácter de imanência sacral do material* que as incorpora. Quando se trata a matéria e o corpo do monumento, se procede à conservação e restauro, está-se a tocar o ponto sensível do campo que defende a imanência sacra do material; a manutenção da imagem, do corpo e da aura. Revelador desta premissa que o campo quer fazer articular em volta da noção de autenticidade, é a imposição da *reversibilidade de qualquer intervenção* num objecto. Uma (im) posição que acaba por acentuar ainda mais a *sacralidade investida no material do medium*.

## Capítulo VII – Preâmbulo de um tempo de crise

*Krisis* é, em grego, o "momento decisivo, momento crítico" onde se enceta o movimento que faz pender o prato da balança para um lado ou para o outro.<sup>4</sup>

Nesta observação, a "crise" vem destacar o momento no processo, em que se começam a desvanecer as fundamentações que guiaram e orquestraram a generalidade das acções até esse tempo. O desaparecimento do fundamento implica o aparecimento do fundar novo e do seu poder constituinte, observáveis num espaço de tempo mais curto ou longo, conforme a estabilização do processo. Em termos mais pragmáticos, tendo em atenção o modo como a acção é pilotada pelo fundamento, descobre-se que há aí nessa passagem (da crise) um tempo de "não fundação" em que se radicalizam as tentativas e as lutas pelo domínio do núcleo do fundamento. "por outro lado, a experiência só é descritível, na medida em que já constituída, institucionalizada, estabilizada, em torno de uma dada figuração do fundar. É o fundado que serve de fundamento à acção. O efeito essencial é a opacidade do fundar no seio do fundado".<sup>5</sup> Uma opacidade que enco-

<sup>4</sup>Para Hegel, este período crítico de evolução de um processo, é aquele em que "o espírito que se configura, amadurece lentamente e em silêncio até à sua nova configuração, desintegrando fragmento a fragmento o edifício do seu mundo precedente, enquanto que o aparecimento deste mundo se mostra apenas por sintomas esporádicos: a insatisfação e o enfado que atingem o que ainda subsiste, o vago pressentimento do desconhecido, são os sinais premonitórios de algo que se prepara."

"Prefácio" à *Fenomenologia do Espírito*, Hegel, ed. Vozes, Petropolis, 1990, p. 7

<sup>5</sup>"Experiência e crise", em *Análítica da Actuali-*

bre a fragilidade e transitoriedade do fundamento; uma vez que para existir como tal, o fundamento só aparece enquanto estabilizado e cristalizado em discursos e imagens de aparência sólida. Escavar este processo de constituição, é trabalho quase operacionalmente análogo ao diagnóstico e recuperação de recalamentos no sujeito nevrosado; passa sempre para lá do manifesto.

A admitir um estado-de-crise contemporânea, esta emerge precisamente na concorrência das diversas visões totalitárias e exclusivistas. Até que ponto a herança pesada das ideias modernas que o presente tenta superar, admite o diagnóstico de uma crise? Como é que esta se define e se apresenta, por exemplo, frente aos niilismos nietzschenianos e heideggerianos?<sup>6</sup>

*dade*, Bragança de Miranda, J., ed. Vega, Lisboa, 1994, p.70

Para J. Bragança de Miranda, é a crise aberta pelo desaparecimento do fundamento que determina os processos de agenciamento da experiência. Processos de constituição abstractos e concretos que implicam "um trabalho de figuração, de ficcionalização do mundo, para o pôr plasticamente ao alcance do agir". No processo de estabilização destes procedimentos, observar-se-fam basicamente dois géneros de agenciamento: "os escriturais e os tecnológicos, e a sua co-pertença à linguagem confere-lhes uma ambiguidade insolúvel. No caso extremo de controlo absoluto, abolindo ficção e ambiguidade, os procedimentos referidos estabilizar-se-fam em formas rígidas, a saber:

1) ao nível escritural – a cristalização da experiência em normas e regras explícitas e codificadas, reduzindo a constituição da experiência ao rigor do formalismo jurídico; e 2) ao nível da tecnologia – a produção das práticas e das condições da existência (tempo, espaço e sujeitos), inscrevendo-as em automatismos de repetição "eterna". "

ibid. *Análítica da Actualidade* p. 89-90.

<sup>6</sup>"... a modernidade pode caracterizar-se, de facto, como dominada pela ideia da história do pensamento como "iluminação" progressiva, que se desenvolve na

Apesar de desgastada, quando falamos de mudança e diagnosticamos a falência ou o desvanecimento dos modelos instituídos, não parece sobrar outra expressão mais apropriada que esta; a *crise* como espaço/tempo de passagem na mudança. A sua função aqui é a de destacar, com base no percurso que fizemos, não só a transitividade dos modelos que se sucedem, como a difícil admissão de um modelo estável num futuro próximo.

Um dos indicadores mais materiais deste tempo de crise, que ainda não referimos e afecta sobremaneira o património, configura-se naquilo a que Pierre Rosanvallon denominou, também, a crise do Estado-Providência. "O Estado-providência está doente com a crise que atravessa. O diagnóstico é simples: as despesas sociais continuam a aumentar aos ritmos anteriores, aceleram-se, por vezes (...), enquanto as receitas (impostos e quotizações sociais), que são por natureza indexadas pelo nível da actividade

base de cada vez mais ampla apropriação e reapropriação dos "fundamentos" – os quais amiúde são considerados também como "origens", de modo que as revoluções, teóricas e práticas da história ocidental se apresentam e legitimam principalmente como "recuperações", renascimentos, retornos. A noção de "superacção", que tanta importância tem em toda a filosofia moderna, concebe o curso do pensamento, como um desenvolvimento progressivo, em que o novo se identifica com o valor através da mediação da recuperação e da apropriação do fundamento – origem."

ibid. *O Fim da Modernidade*, Vattimo, G., ed. Presença, Lisboa, 1987, p.8.

Vattimo continua, chamando a atenção para o facto de tanto Nietzsche como Heidegger, terem posto em questão a noção clássica de fundamento e de pensamento como fundação. A máxima estabilidade do ser acontece no acontecimento, quase happening. "A ontologia não é mais que a interpretação da nossa condição ou situação, já que o ser não é nada fora do seu "acontecimento", que sucede no seu e nosso historicizar-se."

económica, se reduzem."<sup>7</sup> Isto origina um problema financeiro óbvio, particularmente sentido nos países industrializados, e que tende a acentuar-se (a aumentar) devido essencialmente á inércia da máquina de reprodução burocrática do Estado no abarcar de despesas que já não comporta. Em termos mais económicos e numa perspectiva gestio-nária, a generalidade dos modelos de funcionamento do Estado-providência, enquanto empresas de suporte do risco e redistribuição dos rendimentos, não só apresentam uma eficiência altamente negativa, como caminham inexoravelmente para a insolvência. Subsídios de desemprego, pensões de reforma, de invalidez, pensões sociais de todo o tipo e subsídios que se reproduzem como fungos. Esta é apenas a face exposta do Estado-Providência que não é mais que uma extensão e um prolongamento do Estado-Protector moderno, tal como foi "pensado e construído do século XIV ao século XVIII"<sup>8</sup>. Um Estado que vem cobrir a providência divina e

<sup>7</sup>A *Crise do Estado-Providência*, Rosanvallon, Pierre, ed. Inquérito, Lisboa, 198?, p.7.

<sup>8</sup>ibid., *A Crise do Estado-Providência*, Rosanvallon, Pierre, ed. Inquérito, Lisboa, 198?, p.18. Nesta perspectiva, Rosanvallon sintetiza nestes termos a evolução do Estado moderno:

"1. O Estado moderno define-se fundamentalmente como um Estado-protector.

2. O Estado-providência é uma extensão e um aprofundamento do Estado-protector.

3. A passagem do Estado-protector ao Estado-providência acompanha o movimento pelo qual a sociedade deixa de se pensar a partir do modelo do corpo para se conceber sob o modo do mercado.

4. O Estado-providência visa substituir a incerteza da providência religiosa pela certeza da providência estatal.

5. É a noção de probabilidade estatística que torna praticamente possível e teoricamente pensável a integração da ideia de Providência no Estado."ibid. p.23

religiosa que já se dava como incerta, com a certeza da providência estatal <sup>9</sup>.

Ora, mas onde é que o *património*

---

<sup>9</sup>(O Estado enquanto dispositivo de institucionalização do poder num determinado território, em conformidade com as exigências racionais da ordem acordada é, essencialmente, um conceito racional, um conceito de síntese, representante do cruzamento dos diversos campos de legitimação das várias ordens que submetem o social. Esta noção implica igualmente uma ideia de poder perene que transcende as vontades particulares e que é legitimada precisamente pela sua capacidade de representar a vontade colectiva, pelo menos ideologicamente. É, assim natural que, a primeira substância estruturante do seu corpo surja sob forma jurídica. Não são elementos de facto mas elementos de direito que determinam a sua essência, que são o seu núcleo de sustentação. O Estado enquanto dispositivo de institucionalização do poder num determinado território, em conformidade com as exigências racionais da ordem acordada é, essencialmente, um conceito racional, um conceito de síntese, representante do cruzamento dos diversos campos de legitimação das várias ordens que submetem o social. Esta noção implica igualmente uma ideia de poder perene que transcende as vontades particulares e que é legitimada precisamente pela sua capacidade de representar a vontade colectiva, pelo menos ideologicamente. É, assim natural que, a primeira substância estruturante do seu corpo surja sob forma jurídica. Não são elementos de facto mas elementos de direito que determinam a sua essência, que são o seu núcleo de sustentação.) A definição de "Estado" aqui sintetizada, ainda é a que "se aprende na escola-- a versão oficial. Este Estado-de-Direito já quase se não consegue dar a ver. Este é igualmente um dos contributos para a crise geral. Foucault faz uma crítica radical a esta noção e ao modo como o Estado é assim entendido. A partir do séc. XVIII, começou a emergir na sociedade moderna o poder disciplinar e racionalizado, mais difundido e eficiente que o do Estado tradicional, e que este não demorou muito a absorver. Este era o poder dos especialistas (poder pericial) e dos saberes que normalizavam e disciplinavam as subjectividades num mapa actorial previsível. Segundo Foucault, este conjunto de poderes teria esvaziado mais o poder político-jurídico. Ver *Pouvoir-corps*, Michel Foucault, Revista *Quel Corps*, nº2, septembre 1975,

é contaminado por esta crise do Estado-Providência?

Alguns países de mercado mais activo e extenso conseguiram subtrair boa parte do sustendo do património ao Estado – por via do mecenato, benefícios fiscais e outras formas de canalização de verbas. Acontece que, relativamente à generalidade dos países mediterrânicos, ainda mais pesados em termos de património, se instituíram modelos de suporte mais próximos do francês – pioneiro na institucionalização da protecção patrimonial. Este, apesar de mais recentemente admitir e encorajar as diversas formas de mecenato, vê emergir todas as contradições inerentes à incompatibilidade das lógicas de mercado *versus* lógica de Estado-Protector. Em países mediterrânicos e periféricos, como é o caso de Portugal<sup>10</sup>, assiste-se ao conflito dessas lógicas mas, num contexto de maior fragilidade em que, por isso, um terceiro elemento sobressai – a contingência, mais forte que nos cenários em que os outros elementos se revelam mais sólidos.

Enquanto elemento pesado do saco de despesa do Estado-protector, o património funde-se com todos os outros sectores que se podem alarmar com a insolvência próxima, sem grandes soluções à vista. Aqui o outro lado do cenário crítico que atinge o *património*.

Mas, a ameaça de insolvência do Estado é apenas o pano de fundo mais escuro sobre o qual evolui a actualidade. Uma série de outras circunstâncias que se podem configurar em variáveis e formas de mediação impor-

---

p.2-5, ver também *La Volonté de Savoir*, Michel Foucault, ed. Gallimard, Paris, 1976

<sup>10</sup>Portugal pertence a essa fatia de países periféricos em que o Estado-providência começa a soçobrar ainda antes de ser efectivo. Uma triste estória...

tantes devem aqui ser destacadas para que se perceba melhor tanto o cenário actual como o do futuro próximo. Entre essas variáveis contam-se:

– a forte contingência, acima referida, característica da fragilidade das forças em campo, mediadas por lógicas antagónicas;

– a opacidade das relações sociais resultante da mediação do Estado-Protector-Redistribuidor;

"...o Estado-providência, como agente central de redistribuição e, portanto, de organização da solidariedade, funciona como uma grande *interface*: substitui o frente-a-frente dos indivíduos e dos grupos. (...) Desenvolvimento das interfaces e multiplicação dos efeitos sociais perversos geram-se, assim, reciprocamente. A *interface* é produtora de irresponsabilidade e contracção social. (...) Actualmente, a interface estatal tornou-se largamente opaca e sobretudo os mecanismos de expressão da solidariedade mecânica estão cada vez mais isolados das formas de sociabilidade intermédias. (...) A perda de autonomia e o isolamento crescente dos indivíduos para quem o Estado é o principal recurso alimentam a crise... Já não há "social" suficiente entre o Estado e os indivíduos. É por esta razão que *os limites do Estado-providência devem entender-se a partir das formas de sociabilidade que induz e não principalmente a partir do grau de socialização que procura.*"<sup>11</sup>

– as formas de visibilização (artificiais) do Estado enquanto *interface* entre os indivíduos e o "social";

Em particular, a visibilidade artificial ca-

<sup>11</sup>ibid. *A Crise do Estado-Providência*, Rosanvalon, Pierre, ed. Inquérito, Lisboa, 198?, p.33, 34 e 39.

racterística do *marketing* justificativo das decisões post-facto, em que se "vende" o acto e a justificação do acto post-decisão. Algo que acontece principalmente quando, nalgum ponto da esfera mediática, se formam contra-correntes<sup>12</sup>.

– a despersonalização e indiferença geral que essa opacidade faz cultivar, coabitando com um sistema deficiente de representação e intervenção do cidadão nas decisões políticas;

Algo que atira a generalidade dos pontos de articulação das decisões para a esfera mediática e veículos de mediação da visibilidade, tanto do Estado como do social<sup>13</sup>.

– a *ineficácia* (pelo menos em termos de visibilidade) *dos mecanismos de redistribuição*;

"É numa perspectiva semelhante (na base de um cálculo custos-vantagens) que os teóricos liberais contemporâneos criticam o Estado-providência. Mostram que a redistribuição que efectua é globalmente ineficaz e que conduz mesmo a efeitos contrários ao que era desejado. Analisam a redistribuição como uma forma de regulação: a regulação das relações sociais e das situações sociais."<sup>14</sup>

– *o custo económico e político da providência, não compensatório* (politicamente) para o governo administrante;

Estamos já a desfolhar os compêndios da

<sup>12</sup>Ver, a este propósito, "As tecnologias do fazer-acreditar", em *O Estado Sedutor*, Debray, Regis, ed. Vozes, Petrópolis, 1994, p.59, or. *L'État séducteur: Les révolutions médiologiques du pouvoir*, ed. Gallimard, Paris, 1993.

<sup>13</sup>Ver, a este propósito, "IV. O Preço da Audiência", em *O Estado Sedutor*, Debray, Regis, ed. Vozes, Petrópolis, 1994, p. 131.

<sup>14</sup>ibid. *A Crise do Estado-Providência*, Rosanvalon, Pierre, ed. Inquérito, Lisboa, 198?, p. 51

acção política aqui encarnada pelo Estado instituído e representante<sup>15</sup> dos poderes públicos que assume e define as relações sociais desse patronato com poder decisório sobre os privilégios a conceder – encomendas, subsídios, apoios, etc.

É neste estado-de-coisas, um "estado nascente", até do ponto de vista institucional, que geralmente emerge um "Instituto" ou um "Ministério" para tutelar uma série de práticas e procedimentos que prometem alguma autonomização legislativa. Esta é uma instituição que vai crescendo, nalguns casos até atingir dimensões monstruosas e quase indomináveis<sup>16</sup> do ponto de vista executivo. Nos casos em que a tutela se dispersa por campos de acção envolvendo objectos e suportes muito diferentes, o normal é a emergência de micro-instituições<sup>17</sup> aparelhadas à tutela central com uma autonomia mínima. Esta autonomia varia, o mais das vezes, em função do peso da imagem pública da personalidade que ocupa a presidência da instituição e da qualidade das suas relações com a tutela.

– a *periodização eleitoral* que coordena a acção política e dá origem à sua incoerência e instabilidade;

Quando o governo empossado se consegue manter no poder por um período mais ou menos longo – mais que uma eleição legislativa – acontece um progressivo fenómeno de "lubrificação" dos circuitos execu-

tivos. As personalidades que se encontram em postos-chave e se mostram menos simpáticas ao novo poder, conforme as circunstâncias e estratégias centrais, são hostilizadas de modo a conduzirem-se a uma auto-demissão, ou são assediadas à adesão e simpatia tácitas. Deste modo, o tecido institucional e administrativo português, que se constitui como a face exposta do Estado, é altamente vulnerável à *periodização eleitoral e política*, o que cria as conhecidas dificuldades na prossecução de políticas estáveis de médio e longo prazo.

No seguimento do movimento ondulatório eleitoral, que no caso português pode ser mais ou menos estabilizado, o Estado acaba por se caracterizar em função dessas oscilações de tutela e política tutelar. "A centralidade do Estado português enquanto Estado semiperiférico distingue-se assim e antes de mais dos Estados dos países centrais por ser mais autoritária e menos hegemónica e por ser mais difícil determinar onde o Estado acaba e o não-Estado começa.(...)A primazia do político (...) coexiste, deste modo, com a sua dependência em relação aos outros espaços e nessa medida a forma do poder do Estado, a dominação, exerce-se, na prática, em complexas combinações com as forças de poder características de outros espaços estruturais, o que confere grande particularismo à actuação do Estado (clientelismo, nepotismo, corrupção, etc.)"<sup>18</sup>. Sabemos que

<sup>15</sup>No sentido de "o que assume poderes por delegação".

<sup>16</sup>Como é o caso do Ministério da Educação português.

<sup>17</sup>Sobre Análise Institucional e a dinâmica do tecido institucional, ver *A Análise Institucional*, René Lourau, ed. Vozes, Petrópolis, 1975; ver também *L'Analyse Institutionnelle*, Remy Hess, ed. PUF, Paris, 1991.

<sup>18</sup>Ao contrário do que se passa nos países centrais, não se trata de influências exercidas sobre o Estado e sua acção mas da configuração interna do próprio poder do Estado. O autoritarismo estatal, por ser relativamente ineficaz, é não só incompleto como contraditório, o que, por sua vez, contribui para a grande heterogeneidade e fragmentaridade da actuação do Estado". Uma dessas formas de heterogeneidade "reside

o autor destas frases tem provas para documentar tudo o que diz, mas tal quase não é necessário pois a generalidade das práticas das quais Boaventura Sousa Santos decanta este modelo e apreciações, entram-nos todos os dias pelos olhos e a carne adentro. Quando não é em contacto directo com este Estado, que ora nos classifica como estranhos (*alienus*) ora como íntimos, é no contacto indirecto através, essencialmente, da imprensa e dos casos mais "espectaculares"<sup>19</sup>, isto é, os mais visíveis. O poder eleito e a máquina administrativa do Estado infiltrado é hoje extremamente sensível, contraditoriamente, não à totalidade da exposição pública, mas à exposição mais espectacular. Relativamente ao escândalo que é a desfuncionalidade e erosão social que provocam grande parte dos organismos de Estado, o poder executivo mostra-se praticamente indiferente ou com atenções de superfície e irrelevantes, como se assumisse o irremediável estado da máquina administrativa, e a conse-

no modo como a actuação da burocracia do Estado oscila entre a extrema rigidez, distância a formalismo com que obriga o cidadão anónimo e sem referências (a que chamo sociedade civil estranha) a cansar-se aos balcões de serviços inacessíveis, a preencher formulários ininteligíveis, e a pagar impostos injustos e a extrema flexibilidade, intimidade e informalidade com que trata, para os mesmos efeitos, o cidadão conhecido e com boas referências (a sociedade civil íntima). Trata-se de uma oscilação entre o Estado predador e o Estado protector segundo uma lógica de racionalidade totalmente oposta à do espaço de cidadania..."

"O Estado e os modos de produção de poder social", *Pela Mão de Alice*, Boaventura Sousa Santos, ed. Afrontamento, Porto, 1994, pps 115-117.

<sup>19</sup>A hegemonia da espectacularidade é, em Portugal, ainda recente e não foi devidamente analisada; tem a ver com a preponderância da imagem pública nascida nos anos 70 e com a recente abertura dos novos canais de televisão em Portugal.

quente impotência na sua alteração. Já relativamente à sua exposição aos media e consequente espectacularização do seu exercício, o poder executivo é extremamente sensível e cuidadoso.<sup>20</sup>

– a cada vez maior *disjunção e automatização dos mecanismos de decisão* produzindo, frequentemente, efeitos diferenciais abruptos entre sectores de despesa;

Isto é algo que demora um pouco mais a explicitar devido, entre outras, à opacidade e sectorialidade em que se encontra encerrada a máquina estatal. Esta disjunção aparece quando comparamos por sectores as quantias neles dispendidas e, a partir daí, eventualmente, inferimos prioridades políticas. Quando colocamos questões incómodas, que normalmente envolvem dezenas de milhões de contos, tentando averiguar do fundamento das decisões. Essas questões circulam em volta dos sectores cronicamente carenciados: habitação (barracas), emprego/formação (desemprego), droga (indiferença e crise social), educação (o descalabro), segurança (insegurança), etc.

Quando qualquer um destes sectores é colocado ao lado da "cultura"<sup>21</sup>, emerge um género de *tensão* bastante evidente. Uma tensão que dela afasta e repele qualquer retórica do poder administrante mas que pode,

<sup>20</sup> Há excepções, como o jogo de tensão que o governo de Cavaco Silva, na sua pessoa, gosta de provocar à Comunicação Social, acusando os jornalistas de incompetentes e mentirosos por altura da criação de uma Escola Superior de Comunicação Social afecta ao seu campo de poder.

<sup>21</sup>Estamos a referir-nos a uma cultura que, geralmente, não se cruza com nenhum dos sectores anteriormente referidos. Não é uma "cultura" necessariamente "oficial", nem necessariamente "de elite". mas é suficientemente depurada de todos os cruzamentos incómodos.

ao contrário, constituir-se como ponto atrator da retórica política concorrente<sup>22</sup>. Ponto que, mesmo assim, deve ser minuciosamente estudado para evitar os apelidos fáceis de demagogia. Em qualquer dos casos, um ponto perigoso. Este perigo advém do modo nebuloso como hoje subsistem as éticas concorrentes possíveis, sem que se vislumbre uma maior definição ou destaque de uma delas o que, nesta contingência do mercado ético-político, mais contribui para o cenário de crise.

É com base neste pré-diagnóstico que poderá vir a ser desenvolvido; nas premissas aceites deste contexto de transitividade, que partimos para o esboço do que poderá compreender – relativamente ao património – um modelo alternativo de acção e publicit-acção, possível e exequível, pelo menos num futuro próximo e de médio prazo.

### **Conclusão – Hipótese de construção de um modelo alternativo**

Este ponto, formalmente de conclusão mas não conclusivo, pretende oferecer algumas pistas e orientações para o que se pode encontrar ainda neste tempo de passagem, com base neste trabalho.

<sup>22</sup>O poder em exercício, pura e simplesmente fugirá ou não admitirá qualquer comparação, limitando-se a assumir, melhor ou pior, o "queijo" em que se visualiza a distribuição das verbas por sector no OGE ao fim do ano. Os poderes concorrentes, raramente comentam ou questionam os factos, dado que estes só são visíveis bem depois de merecerem comentário (com rendimento político). Assim, só por acidente estas questões subirão à esfera mediática da imagem (televisão). Quando muito, a estas questões, poderá um articulista mais afoito a elas referir-se e questionar-se nos jornais, mas nem isso é garantido.

No final, apenas uma síntese do que se tentou demonstrar, para o remate (virtual) de um trabalho que, idealmente, implica um *crescendo* sem fim. Tal como o demonstra Lakatos, "Um programa de investigação tem êxito se conduzir a uma mudança progressiva de problemática; fracassa se conduz a uma mudança regressiva". (...) Podemos avaliar os programas de investigação, inclusivamente depois de terem sido "eliminados", a partir do seu poder heurístico: quantos factos produziu? De que dimensão era a sua capacidade para explicar as suas refutações durante o seu crescimento?"<sup>23</sup> O esboço de programa que abaixo enunciamos pretende assumir estas propriedades e não é, por isso, mais preciso quanto às actividades e procedimentos a levar a cabo; pretende ficar aberto a novas evoluções e reflexões sobre o mesmo objecto. Enunciar aqui uma heurística positiva ou negativa para aplicação restrita a este programa seria algo tautológico. Todo este trabalho, observadas as traves mestras (metodologias e formas de abordagem) que seguram a sua evolução, se pode constituir como orientação heurística. Não desejamos é que essa orientação se fique pela sua finitude, mas que possa, a partir dela, dar origem a novos estudos, abordagens e configurações heurísticas eventualmente diferentes.

É assim possível, congregando as diversas observações amostrais que vieram sendo expostas como exemplares de práticas constituintes da experiência patrimonial; com a problematização e análise dos principais fe-

<sup>23</sup>Traduzido de "Una metodología de los programas de investigación científica--", *La Metodología de los Programas de Investigación Científica*, Imre Lakatos, Madrid, 1989, p. 66, p.71. Ver, no mesmo livro, "el requisito de crecimiento continuo", p.117.

nómenos que com elas se relacionam, esboçar as premissas que podem ajudar a encontrar um modelo alternativo de operacionalização desta experiência. Com base no percurso que nos deixou chegar até aqui, é possível começar por estabelecer algumas premissas por que esse modelo se orientaria. Assim, o modo de entendimento e experiência de um fenómeno enquadrado como cultural, e localizado enquanto patrimonial, subscrito a um campo que o enquadra mantém, da parte do campo:

- a) Uma *auto-observação numa perspectiva macro*, no modo como evolui nas formas de constituição das suas experiências;
- b) Implica a *detecção e reflexão em volta da emergência de nódulos ou premissas antitéticas no seio do próprio campo* e territórios periféricos;
- c) Permanece *aberto a novas hipóteses de evolução* nas traves mestras do seu núcleo experiencial;
- d) Privilegia o *modo relacional* extra e intra campo, tanto no processo de reflexão sobre, como nas operações de tecitura e consecução dos seus objectivos.
- e) Perante a *dominância da videosfera* e a *omnipresença dos dispositivos de imagem*, assim como as *capacidades das novas tecnologias*, o campo e o seu modelo de acção deveriam ensaiar uma reflexão permanente sobre o seu posicionamento e evolução entre estes novos contextos;
- f) Procura uma maior articulação e transparência na relação do expert com os poderes económico e político.

A ter em conta estas premissas, *um modelo com novas orientações performativas*, poderia iniciar-se com um programa de pesquisa operacional mais alargado.

Independentemente da instabilidade e da

fragilidade racional que possam caracterizar os modos de gestão das manifestações patrimoniais; instabilidade e fragilidade que condicionam e contaminam a construção de um modelo, não seria lícito chegarmos até este ponto deste trabalho sem, pelo menos, tentarmos esboçar os princípios orientadores para a constituição de um "*observatório*" para o permanente rastreio, pesquisa e análise das questões aqui expostas. Esse observatório poderia começar por:

- 1) Investigar e produzir orientações facilitadoras da progressão do campo perante novas premissas do modelo e contextos externos;

Esta seria a função principal deste observatório, função da qual decorrem todas as outras.

- 2) Para tal *aperfeiçoar*, com base em trabalho empírico mais extenso, *as matrizes de pesquisa*<sup>24</sup> esboçadas neste trabalho e, eventualmente, descobrir novas matrizes;

Este trabalho de pesquisa, aqui preste a concluir-se, poderia considerar-se uma *base de arranque* para a configuração das actividades de investigação deste observatório, sem qualquer restrição quanto a novas orientações fundadas em estudos empíricos posteriormente realizados.

- 3) Investigar a generalidade das formas de valoração (e conversão) das experiências, constituição de axiologias e (abuso de) dispositivos de controlo do imaginário;

Este ponto constitui-se como especificação do anterior e pretende orientar a atenção da pesquisa para os problemas da génese do valor e dispositivos de controlo do imaginário.

<sup>24</sup>Referimo-nos às matrizes sobre as formas de mediação, formas de valoração e, enfim, à generalidade dos instrumentos de pesquisa esboçados neste trabalho, com capacidade de posterior desenvolvimento.

rio, abordados nos capítulos anteriores. Pretende ainda que se estabeleça um dispositivo de referência e aferição das diversas *formas de condicionamento do olhar*.

4) Proceder aos inquéritos e sondagens necessárias ao conhecimento das diversas formas de relação com o património – formas de uso (utentes e não utentes) de produção e recepção;

Uma vez cumpridas as regras básicas que orientam as metodologias, tanto qualitativas como quantitativas, este ponto não parece oferecer dúvidas quanto à aquisição de informação/dados para a progressão dos estudos;

5) Introduzir, nestes procedimentos, uma heurística com um maior campo de manobra inicial para o levantamento da estratégia e metodologias de pesquisa;

Queremos, com este ponto, apenas prosseguir o modo aberto de construção e levantamento dos programas de pesquisa produzindo, quando muito, alguma percentagem de heurística negativa<sup>25</sup> para a condução dos programas. Deixamos que seja o processo de rastreamento (*scanning*) e os próprios dados coligidos a orientar, nas suas tendências, o posterior sentido do programa.

Passamos, então, a sintetizar o que neste capítulo foi tratado.

Havíamos, no capítulo anterior, esboçado

<sup>25</sup>"O programa é formado por regras metodológicas: algumas indicam-nos as rotas de investigação que devem ser evitadas (*heurística negativa*) enquanto outras nos indicam os caminhos que devem seguir-se (*heurística positiva*)"

Traduzido de "Una metodología de los programas de investigación científica", *La Metodología de los Programas de Investigación Científica*, Imre Lakatos, ed. Alianza Universidad, Madrid, 1989, p. 65. Ver, igualmente, "4.5 – Heurística", "Cap. 4 - Problema", *La Investigación Científica*, Mario Bunge, ed. Ariel, Barcelona, 1985, pp 224-227.

uma tipologia geral e outra específica para as axiologias que nos permitem clarificar as formas de emergência do "valor" e conversão de bens em geral, e de bens patrimoniais em particular. Isto permitiu-nos gizar um *modelo de acção e conversão do campo patrimonial* a partir das formas de mediação e valorização das diversas esferas, e o modo como o campo patrimonial entre elas evolui.

Já neste capítulo passámos, em sequência, observando a crise de fundamentos de que a emergência do campo é, afinal, já um indício, no modo como se atém ao modelo aqui delineado e aos seus princípios mais ortodoxos, devido essencialmente:

a) à generalidade das contradições em que o modelo incorre, já expostas nos capítulos anteriores e que, perante os novos contextos, tendem a acentuar-se;

b) à predominância da lógica mediática que envolve já toda a esfera da Cultura;

c) à crise geral e, em particular, economicamente insolvente em que está envolto o Estado-providência;

d) aos novos desenvolvimentos tecnológicos que se perfilam e põem em causa boa parte dos princípios do modelo patrimonial, dissolvendo a sua fundamentação.

Por isso, começamos por destacar a necessidade de repensar as formas de investimento de "valor" no campo patrimonial como, por exemplo, a noção de *monumentalidade* e de *ruína* que nos chegam do séc. XIX. Estas noções têm em si, implicadas, um *carácter de imanência sacral do material* que as incorpora. Quando se trata a matéria e o corpo do monumento, se procede à conservação e restauro, está-se a tocar o ponto sensível do campo que defende a imanência sacra do material; a manutenção da imagem, do corpo e da aura. Revelador desta premissa que o

campo quer fazer articular em volta da noção de autenticidade, é a imposição da *reversibilidade de qualquer intervenção* num objecto. Uma (im) posição que acaba por acentuar ainda mais a *sacralidade investida no material do medium*.

Com a emergência de novos dispositivos, novos media, vão-se alterando as formas de manifestação dos objectos e vai-se igualmente perdendo a possibilidade de segurar no material a sacralidade das obras. Os novos media e as novas tecnologias estão ainda em processo de aquisição (pública) de crédito, isto é, não têm ainda a confiança total dos indivíduos, muito menos das instituições. Observando alguns casos históricos como a introdução da imprensa ou das máquinas voadoras, verifica-se a rápida alteração dos índices de confiança nas novas tecnologias. Desse nível de confiança está dependente, a breve prazo, a deslocação da sacralidade para fora do material, algo que já se tem observado nalgumas acções institucionais no estrangeiro. Referenciamos então uma abordagem razoavelmente exaustiva que Gerard Genette faz às formas de manifestação dos objectos artísticos; algo que nos pode ajudar a tipologizar e circunscrever melhor o modelo patrimonial antes esboçado, pela heteromorfia que já hoje tem implicado, dissolvendo ainda mais os pressupostos de imanência do material. A dissolução de alguns desses pressupostos é observável em sectores mais periféricos do património português, como são os casos do *cinema* e das *artes e ofícios tradicionais*. A observação de algumas práticas e políticas patrimoniais revelam, neste sector, um modelo nacional frágil, instável e contingente, apenas equilibrado pela garantia da inevitável globaliza-

ção da emergência destas práticas de produção de valor.

As novas tecnologias e o novo contexto tecnológico, por seu lado, abrem a introdução à possibilidade de mudanças e alterações que estão já a ocorrer e a afectar o modelo patrimonial mais tradicional. Através da capacidade de digitalização da informação, é uma nova dimensão (mais virtual) que emerge e deve ser tida em conta, tanto pelo novo tipo de objectos que já produz como pelo auxílio que pode prestar à manutenção dos antigos. Nessas capacidades incluem-se a replicação/reprodução<sup>26</sup> de objectos, o que choca contra as paredes do núcleo duro do modelo patrimonial.

No ponto que se segue, observam-se ainda os abalos que as novas tecnologias podem introduzir devido às suas incompatibilidades com a *ratio* moderna; o modo como se desenha, na contemporaneidade, uma luta entre *arche* (a defesa das origens) e *telos* (a defesa do que virá). As inovações e os choques que ocorrem entre o modelo tradicional e as potencialidades que se abrem, mas se demoram mais a configurar, começam por abalar a *noção* histórica de *monumentalidade*. Os novos suportes dificilmente admitem essa noção e, o próprio fundamento da necessidade de preservação é construído no mesmo campo. O paradoxo que daqui emerge prende-se com o facto de se estar, com os novos suportes, a anular o agente central mobilizador das forças patrimonializantes – o desgaste natural, a *obsolescência natural dos objectos* no

<sup>26</sup>Este é um ponto que merece uma abordagem bem mais extensa e aprofundada que a que lhe foi aqui reservada. No entanto, como se observa mais à frente, este é um ponto de reflexão central à alterações que pode sofrer um novo modelo do património.

tempo. Eliminando esta ameaça motora da ideologia patrimonial, pergunta-se:

– Admitindo, mesmo que em termos de simulacro, a capacidade de tudo replicar/reproduzir, a questão que se levanta seria, então, que novo agente iria ocupar esse espaço central objectivado no tempo delapidante? Ir-se-ia desvanecer essa urgência patrimonializante ou configurar-se noutra morfologia diferente?

Aconteça o que acontecer, é igualmente um novo tipo de sujeito que se vai constituir nos próximos tempos, muito mais envolvido com a máquina, isto é, com os procedimentos estabilizados. Percebe-se que é preciso estar atento ao modo como evolui a experiência do sujeito contemporâneo, em particular na sua relação com a máquina; como se padronizam as relações dentro dessa experiência, e que género de sujeito produzem. Este espaço de passagem, de constituição de um novo modelo, (espaço mais ou menos longo conforme as determinações e contingências envolvidas) pode denominar-se um espaço de "crise", precisamente pela falta de estabilização modelar que ocorre nos tempos de "passagem".

Um dos indicadores mais materiais deste tempo de crise que afecta sobremaneira o património, configura-se naquilo a que Pierre Rosanvallon denominou, também, a crise do Estado-Providência. "O Estado-providência está doente com a crise que atravessa. O diagnóstico é simples: as despesas sociais continuam a aumentar aos ritmos anteriores, aceleram-se, por vezes (...), enquanto as receitas (impostos e quotizações sociais), que são por natureza indexadas pelo nível da ac-

tividade económica, se reduzem."<sup>27</sup> Isto origina um problema financeiro óbvio, e que tende a acentuar-se (a aumentar) devido essencialmente á inércia da máquina de reprodução burocrática do Estado no abarcar de despesas que já não comporta. Em termos mais económicos e numa perspectiva gestonária, a generalidade dos modelos de funcionamento do Estado-providência, enquanto empresas de suporte do risco e redistribuição dos rendimentos, não só apresentam uma eficiência altamente negativa, como caminham inexoravelmente para a insolvência. O *património* é contaminado por esta crise dada a sua dependência do suporte do Estado. Uma série de outras circunstâncias que contribuem para o cenário de crise sob o pano de fundo do Estado, são destacadas e explicitadas. Entre essas variáveis contam-se:

- a forte contingência, acima referida, característica da fragilidade das forças em campo, mediadas por lógicas antagónicas;
  - a opacidade das relações sociais resultante da mediação do Estado-Protector-Redistribuidor;
  - as formas de visibilização (artificiais) do Estado enquanto *interface* entre os indivíduos e o "social";
  - a despersonalização e indiferença geral que essa opacidade faz cultivar, coabitando com um sistema deficiente de representação e intervenção do cidadão nas decisões políticas;
  - a ineficácia dos mecanismos de redistribuição;
- o custo económico e político da provi-*

<sup>27</sup>A *Crise do Estado-Providência*, Rosanvallon, Pierre, ed. Inquérito, Lisboa, 198?, p.7

*dência, não compensatório* (politicamente) para o governo administrante;

– a *periodização eleitoral* que coordena a acção política e dá origem à sua incoerência e instabilidade;

– a cada vez maior *disjunção e automa-tização dos mecanismos de decisão* produzindo, frequentemente, efeitos diferenciais abruptos entre sectores de despesa;

Perante isto, o mais que podemos fazer é, com base neste trabalho, propôr algumas premissas para a constituição de um modelo alternativo, essencialmente mais aberto ao contexto, e reflexivo quanto às suas possibilidades de acção. Estas são premissas gerais que podem ser "afinadas" num espaço de debate e reflexão. Podemos ir diagnosticando possibilidades, à luz deste modelo e seu *modus faciendi*, os problemas que poderão vir a emergir no contexto contemporâneo e de futuro próximo, em particular com a emergência e estabilização performativa das novas tecnologias e seus efeitos. Para a possibilidade desse debate e reflexão, será interessante dispôr de estudos e dados que possam fornecer uma orientação a esse espaço de debate, confirmar ou não hipóteses, alinhamentos de acção, e contribuir para a colocação e resolução dos problemas que emergirem. É aqui que contribuimos com a síntese de um programa para a *constituição de um observatório* nestas áreas. Tentando investigar e produzir orientações facilitadoras da progressão do campo perante novas premissas do modelo e contextos externos, este programa poderá ainda aperfeiçoar as matrizes de pesquisa esboçadas neste trabalho; aprofundar o trabalho empírico de sondagem das diversas formas de relação com o património; introduzir uma nova heurística com um maior campo de manobra; Investigar a gene-

ralidade das formas de valoração das experiências, constituição de axiologias e dispositivos de controlo do imaginário.

Na prática, este programa conclui o trabalho de pesquisa que aqui se desenvolveu, progredindo nas diversas áreas que achámos poderem afectá-lo.

Para concluir, podemos afirmar em síntese, e com alguma selecção, que neste trabalho, tentou demonstrar-se:

– Que o conjunto de actos que se reivindicam como tutelados pela legitimidade patrimonial, se organizam num campo formado pela especificidade das suas relações;

– Que estas se articulam com base no fundamento de uma experiência (patrimonial) que tem vindo ao longo dos tempos a ser redefinida.

– Que essa experiência circunscrita ao campo patrimonial, após a estabilização racional operada na Modernidade, encontra hoje novas formas de produção de valor que extravazam a sua teleologia;

– Que essa produção axiológica é resultante da possibilidade de cruzamento com outros campos de produção – o económico e o dos media, funcionando o primeiro como elemento fiduciário e o segundo como plataforma agenciadora de actos de conversão de valor entre os diversos campos;

– Que o encontro do campo patrimonial com outros campos de experiência operados sob outros modelos de legitimação, pode revelar formas anti-téticas de legitimação do valor;

– Que o padrão encontrado nas formas de conversão suportadas pelo cruzamento dos campos (em particular na cultura dos media) pode funcionar como índice das tendências contextuais de polarização dos valores;

– Que a análise de algumas práticas e po-

líticas patrimoniais revelam um modelo nacional frágil, instável e contingente, apenas equilibrado pela garantia da inevitável globalização da emergência destas práticas de produção de valor;

– Que a emergência de novas tecnologias altera as formas de manifestação dos objetos patrimoniais e abala o modelo tradicional sustentado pelo campo patrimonial, debilitando os cânones herdados do romantismo envolvendo noções tradicionais de autenticidade, monumentalidade e imanência sacral investida no material do medium.

Sem grandes veleidades, quisémos aqui deixar esboçado um programa que possa contribuir para o aprofundar destas perspectivas sobre o património. Um programa que observe um índice de exequibilidade aceitável perante os condicionalismos presentes. Um programa que, no seguimento desta exposição, possa *destacar o papel da Universidade* e da capacidade pericial que ainda lhe resta, no contributo para uma evolução menos contingencial e fragilizada da sua relação com as forças socialmente produtivas.